

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i32.6287>

ARQUITETURA TRADICIONAL BRASILEIRA: DECOLONIZANDO O ENSINO-APRENDIZAGEM EM ARQUITETURA E URBANISMO

Traditional brazilian architecture: decolonizing teaching and learning in architecture and urbanism

Felipe Ibiapina¹
Cauê Vontobel²

RESUMO

Neste artigo apresenta-se o relato de experiência do projeto de extensão intitulado Arquitetura brasileira: “Apresentação dos partidos arquitetônicos produzidos pelas comunidades tradicionais”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade (GPAC), ligado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima. Com o objetivo de ampliar e diversificar a formação dos graduandos em arquitetura, a iniciativa propôs uma abordagem de ensino-aprendizagem pautada na decolonização do conhecimento, valorizando os saberes de povos e comunidades tradicionais. No projeto foram estudadas diversas comunidades, incluindo indígenas, ribeirinhas, quilombolas e de terreiro, a partir de um percurso metodológico que incluiu a pesquisa bibliográfica, e procedimentos como a produção de maquetes físicas e registros fotográficos, gerando produtos que foram compartilhados nas redes sociais para alcance e visibilidade social.

Palavras-chave: Arquitetura tradicional; Comunidades tradicionais; Ensino-aprendizagem; Pluralidade.

ABSTRACT

This article presents the experiential report from the extension project titled “Brazilian architecture: presentation of architectural concepts produced by traditional communities”, developed by the Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade (GPAC) within the Department of Architecture and Urbanism at the Universidade Federal de Roraima. Aiming to expand and diversify the training of architecture students, the initiative proposes a teaching-learning approach which proposes the decolonization of knowledge, valuing the creative and cultural potential of traditional peoples and communities. Various communities were studied, including indigenous, amazon riverside people, quilombola, and terreiro communities, using methodologies such as bibliographic research, physical

¹ Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: felipe.ibiapina@ufr.br

² Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: cauevontobel14@gmail.com

model production, photographic documentation, and textual analysis, with the results shared on social media to enhance outreach and visibility.

Keywords: Traditional architecture; Traditional communities; Teaching-learning; Plurality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do relato de experiência do projeto de extensão intitulado “Arquitetura brasileira: apresentação dos partidos arquitetônicos produzidos pelas comunidades tradicionais” que foi idealizado pelo Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade – GPAC ligado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, e implementado no primeiro semestre de 2024, com encerramento previsto para o segundo semestre, durante a 18^a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT RR, quando serão apresentados os trabalhos realizados.

O projeto de extensão em comento contou com a participação de alunas e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, à época matriculados na disciplina de Arquitetura Brasileira. Pautou-se esta especificidade porquanto o ímpeto pela criação do projeto tenha se dado, em grande medida, quando da apreciação da ementa deste componente curricular. Foi observado que a linha mestra que regia o conteúdo de Arquitetura Brasileira era orientada pelos períodos da historiografia pautados nos ciclos econômicos do período colonial, atravessando a república até aportar na contemporaneidade, sendo o tópico de abertura: “Arquitetura e Urbanismo no Brasil: colonização”. Refletindo sobre o campo da Arquitetura e Urbanismo, notabilizou-se o enraizamento do racionalismo clássico-modernista, firmando na matriz europeia.

Coaduna-se com arquiteto colombiano Felipe Hernandez (2010) quando este defende que a historiografia, sobretudo de base modernista e estruturalista, foi uma das mantenedoras da colonialidade. Isto é exemplificado a partir da construção do imaginário e da identidade brasileira que foi patrocinada pelo Estado, com o envolvimento de arquitetos e outros intelectuais modernistas a quem recaiu a atribuição de eleger as representações materiais do patrimônio cultural brasileiro - privilegiando, desde o primeiro momento, no que concerne à arquitetura, a produção erudita de base europeia.

A partir do modelo teórico-historiográfico em observação, constatou-se que a formação do arquiteto e sua atuação na teoria e na práxis se mantém atrelada à colonialidade, quiçá de modo ainda mais acentuado, em vista da crescente pasteurização

mercadológica do "produto" arquitetônico. Assim, é justificada a proposta da extensão como uma estratégia de ensino-aprendizagem que corrobore com a formação ética dos arquitetos graduandos, ampliando seus olhares acerca do objeto da Arquitetura, intentando que sua prática futura seja mais inclusiva e holística.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para desenvolver o tema espelhado no título do projeto, "Arquitetura Brasileira: apresentação dos partidos arquitetônicos produzidos pelas comunidades tradicionais", foi recorrido à definição trazida no artigo 3º do Decreto 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007 - que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - segundo o qual povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

Porquanto o objetivo maior do projeto tenha sido contribuir com a ampliação do quadro da arquitetura, contemplando a pluralidade, de modo a fomentar que novos estudos e metodologias projetuais sejam desenvolvidas sob a ótica da inclusão das manifestações culturais populares, delineia-se, também, um caminho de ensino-aprendizagem pautado em uma noção de ciência humanística, onde é enaltecido o potencial criativo dos povos e comunidades tradicionais, de modo que o seu estudo oportunize, mediante o aprendizado crítico, avanços na arquitetura contemporânea, estimulando reinvenções que se apresentem como uma alternativa à arquitetura genérica e global, cada vez mais despersonalizada e segregada do lugar.

Bernard Rudofsky (1964), no célebre livro "Arquitetura sem Arquitetos", postulou que a arquitetura dos arquitetos é incapaz de produzir a beleza, sentido comum, adequação e capacidade de permanência das arquiteturas populares de muitas culturas. Soma-se ainda o alerta de Frampton, segundo o qual, "o modelo geral a ser empregado em todo futuro desenvolvimento é o enclave, isto é, fragmento arraigado contra o qual a incessante inundação de um consumismo alienante, sem lugar, poderá ser posto momentaneamente em xeque" (Nesbitt, 2012, p.519). Assim, evocando os teóricos citados, entre outros como

Günter Weimer (2012), Fábio Velame (2019) e Felipe Hernández (2010), é que se fundamentou a atividade extensionista apresentada.

O projeto adotou uma metodologia qualitativa, baseada em estudos de caso, englobando os procedimentos de pesquisa bibliográfica; produção de maquetes físicas produzidas com material reciclado ou ecológico, seguida por registros fotográficos e análises textuais; e criação de "posts" e/ou "reels" para o instagram, socializando o conhecimento produzido.

ARQUITETURA TRADICIONAL INDÍGENA NO XINGU: A CASA/ALDEIA YAWALAPITI

O Território Indígena do Xingu é habitado pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Trumai, Wauja e Yawalapiti. Estes povos, apesar de conservarem sua identidade, evidenciando uma diversidade linguística que também se apresenta nas construtivas, compartilham semelhanças notáveis em seu modo de vida e cosmopercepção. Com o objetivo de documentar e apresentar a produção técnica e construtiva da comunidade indígena Yawalapiti, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o povo Yawalapiti e uma análise da sua concepção arquitetônica original, utilizando referências visuais para ilustrar plantas-baixas e cortes-esquemáticos.

Aderindo aos procedimentos metodológicos propostos pelo projeto, foi produzida uma maquete que buscou retratar a construção tradicional, fazendo uso de materiais reutilizáveis, recicláveis, naturais e orgânicos, tais como madeira, gravetos e fibras naturais. A seleção dos materiais foi motivada pela sua representatividade e conexão com as técnicas tradicionais de construção. Também foram utilizados palitos de madeira para a estrutura, detalhes arquitetônicos e elementos decorativos, enquanto as fibras foram empregadas para criar as superfícies e texturas típicas das construções. O método manual adotado incluiu a modelagem e montagem das peças com ferramentas simples, seguindo processos artesanais que garantiram a proximidade ao modelo original, permitindo, desse modo, uma imersão no fenômeno pesquisado.

Conforme ilustrado nas fotos da maquete (Figuras 1 e 2), a aldeia Yawalapiti é caracterizada por modelos ovais, circulares e quadrados, com uma organização circular (radial). As casas são dispostas na periferia em formatos elipsoidal ou quadrangular, com planta livre e sem divisões internas, cercando um grande pátio central. Cada casa funciona

como uma unidade econômica relativamente independente, abrigando um núcleo familiar extenso, que pode variar de 4 a mais de 20 membros.

Figuras 1 e 2 – Maquete da Aldeia Yawalapiti



Fonte: Gutierrez; Silva; Santos *apud* GPAC, 2024. A

De acordo com o relato das alunas, ao produzirem a maquete, notabilizou-se a relação entre os princípios construtivos adotados pelos indígenas estudados e o meio ecológico circundante, ensejando um respeito à natureza. Percebeu-se que as comunidades se adequam ao espaço e não o contrário, de modo que a forma de organização e a lógica projetual têm uma eficiência na utilização dos recursos disponíveis no local sem fazer extrações excessivas de madeira ou drásticas alterações no solo: um evidente exemplo de arquitetura sustentável e vernacular.

ARQUITETURA TRADICIONAL INDÍGENA NA AMAZÔNIA: MALOCA YANOMAMI

As comunidades Yanomami são constituídas por povos indígenas que habitam uma região localizada entre a Amazônia brasileira e venezuelana. Com o objetivo de compreender a relação entre a cultura desse povo e suas soluções arquitetônicas, foram feitos estudos de caso e, em seguida, ensaios volumétricos realizados a partir da construção de uma maquete física.

Utilizou-se para a confecção da maquete física (Figuras 3 e 4) materiais sustentáveis, tais como fibra de palmeira, galhos e folhas secas, areia, buscando aproximar-se dos elementos empregados pelos Yanomami na construção de suas habitações. Essas edificações tradicionais, também conhecidas como “yãos” ou “shabonos”, vão além de

meros abrigos: são reflexos profundos da identidade cultural e das práticas sustentáveis de toda a comunidade, que se projetam em sua estética e materialidade. No ato da edificação, o material extraído não se perde nem se transforma, apenas é reestruturado a fim de exercer a função de abrigo sem a separação de seus habitantes da paisagem no entorno, evidenciando uma relação simbiótica com o ambiente.

Figuras 3 e 4 – Maquete de habitação Yanomami



Fonte: Brilhante; Brito; Nascimento *apud* GPAC, 2024. B

Convém ressaltar que a organização espacial das malocas reflete a visão e as dinâmicas dos Yanomami. Nelas, cada família tem seu espaço definido, mas a ausência de divisões materializadas promove a partilha e a colaboração. Essas edificações refletem uma comunidade que fundamenta seu sistema social no coletivismo e na harmonia.

ARQUITETURA TRADICIONAL RIBEIRINHA

O estudo da arquitetura ribeirinha levou em consideração diversas comunidades amazonenses, tendo sido sobrelevadas as características comuns. O processo de produção da maquete foi precedido por estudos bibliográficos e ensaios volumétricos, com vistas a garantir a precisão nos detalhes. Para simular a materialidade das habitações, foram utilizados palitos de picolé, papel, verniz, tintas e pedras, entre outros. De acordo com as alunas, a construção da maquete permitiu compreender as limitações dos materiais e o contexto socioeconômico das sociedades ribeirinhas, proporcionando uma melhor percepção da organização espacial.

Acerca do contexto das comunidades ribeirinhas, tem-se que estas vivem próximo aos rios e dependem da pesca, caça, agricultura e extrativismo, enfrentando desafios de adaptação às áreas alagadas, e em razão disso, utilizam casas em regiões elevadas, ou aderem a tipologias como as palafitas (Figuras 5 e 6) e as casas flutuantes. Esse

entendimento do lugar e a relação com a paisagem, permite que os ribeirinhos façam uso de recursos naturais como uma relação de troca, enfatizando a utilização dos materiais locais, pensando na sazonalidade de cheias e vazantes extremamente evidentes na região, e no aproveitamento e captação de água, em questões de saneamento, ventilação e iluminação, e todos os demais elementos necessários em uma construção.

Figuras 5 e 6 – Maquete de comunidade ribeirinha



Fonte: Caliari; Queiroz *apud* GPAC, 2024. C

ARQUITETURA TRADICIONAL BANTU EM PALMARES

Ao longo da história brasileira, em especial durante o período escravista, surgiram diversos territórios que serviram como refúgios para escravizados em busca de liberdade. Essas comunidades de resistência, conhecidas como quilombos, não apenas ofereciam abrigo, mas desempenhavam um papel fundamental na preservação e na renovação cultural das gerações que ali viviam.

Definiu-se como recorte para essa análise arquitetônica o Quilombo dos povos Bantos em Palmares, explorado por meio de investigações volumétricas e estéticas. A pesquisa incluiu a criação de uma maquete física (Figuras 7 e 8), confeccionada com materiais recicláveis e sustentáveis, como fibra de coqueiro, areia, espuma de colchão reaproveitada, isopor e galhos secos, cuidadosamente escolhidos para refletir com precisão as características e o caráter sustentável do ambiente da comunidade abordada.

Figuras 7 e 8 – Maquete de comunidade Bantu



Fonte: Neves; Rocha *apud* GPAC, 2024. D E

Foram observadas muitas semelhanças estéticas com algumas estruturas indígenas, não por questões de correspondência cultural ou étnica, mas sim por sua inserção em um mesmo ou similar contexto climático e regional, que demanda adaptações ao ambiente. Entre essas similaridades, destacam-se o uso de taipa para a vedação de paredes e coberturas com estruturas de madeira, com o fechamento geralmente feito por palhas ou por extensões de árvores.

ARQUITETURA TRADICIONAL DE TERREIRO: O ILÊ AXÉ OGUMJÁ

O Ilê Axé Ogumjá é um Terreiro de Candomblé situado na cidade de São Félix, na Bahia, registrado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido à significativa presença de terreiros na região, os quais testemunham e preservam a história e a cultura das religiões de matriz africana no Brasil. Com o objetivo de estudar, compreender e valorizar as práticas arquitetônicas e culturais dessa comunidade, foram adotados como procedimentos metodológicos tanto a revisão bibliográfica quanto o estudo volumétrico, realizado através da construção de uma maquete física (Figuras 9 e 10), que possibilitou uma análise mais detalhada das particularidades do espaço.

Figuras 9 e 10 – Maquete do Ilê Axé Ogumjá



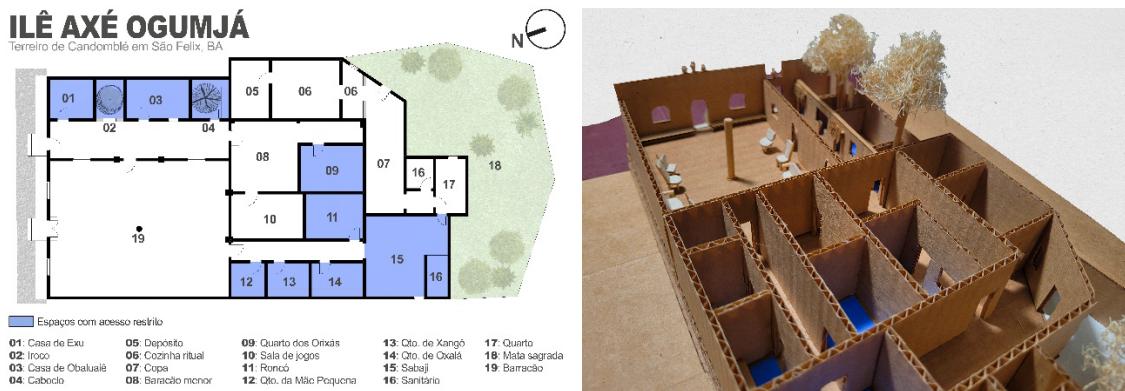
Fonte: Santos; Vontobel; Guerreiro *apud* GPAC, 2024. E

Localizado em uma área urbanizada, o terreiro consiste em uma edificação autoconstruída, utilizando alvenaria convencional. Anteriormente, o espaço era uma residência comum, e sua transição para um templo sagrado ocorreu através do plantio do Axé, representado pelo Iroco ou Gameleira Branca, o que conferiu ao espaço sua sacralidade, criando um local onde coexistem os mortais e os deuses. Esse processo de transformação trouxe ao terreiro um significado espiritual profundo, materializando a relação simbiótica entre a arquitetura e a cosmologia religiosa que ali se manifesta.

Os estudos conduzidos possibilitaram uma compreensão mais aprofundada da volumetria, espacialidade e materialidade que caracterizam a edificação. Observou-se uma distinção clara entre os espaços públicos e os privados/sagrados (Figuras 11 e 12), como nos quartos de santo, onde são localizados os pepelês (estruturas que abrigam os assentamentos dos Orixás), e no barracão (Figuras 13 e 14), ambiente essencial onde se realizam danças e rituais religiosos. Neste ambiente, localiza-se o *axis mundis*, uma centralidade presente em diversas religiões, que no candomblé representa o eixo simbólico de ligação do Orun (plano espiritual) com o Aiê (plano físico), e aqui se materializa através de um pilar ou poste de concreto. Nele, fixam-se peças de madeira que atuam como vigas, sustentando ou não a estrutura do forro, e como base para a colocação de adereços estéticos e decorativos, como as bandeirinhas coloridas. Dependendo da ocasião, esse espaço pode ser de acesso público ou reservado, destacando-se pela sua versatilidade e adequação às exigências dos ritos sagrados. Esse dinamismo é também evidente nas reformas e adaptações frequentes – os populares “puxadinhos” – que ocorrem nos terreiros de

candomblé, acompanhando as necessidades espirituais e sociais da comunidade. Essas modificações refletem a capacidade de transformação do espaço sagrado, que se reorganiza continuamente para acolher tanto as práticas rituais quanto o cotidiano dos membros do terreiro.

Figuras 12 e 13 – Planta baixa humanizada do Ilê Axé Ogumjá e maquete do terreiro descoberta, com ambientes restritos destacados na cor azul



Fonte: Santos; Vontobel; Guerreiro *apud* GPAC, 2024. E

Figuras 13 e 14 – Maquete do Ilê Axé Ogumjá



Fonte: Santos; Vontobel; Guerreiro *apud* GPAC, 2024. E

De acordo com os relatos dos alunos, o estudo dessa arquitetura possibilitou uma percepção mais sensível e abrangente de como essas construções revelam técnicas e saberes construtivos carregados de significados culturais profundos. Essas práticas construtivas, ainda que fundamentais para a preservação da identidade cultural e para a valorização de um patrimônio que enriquece a diversidade arquitetônica brasileira, frequentemente enfrentam estigmatização, inclusive entre os profissionais da área, por destoarem dos padrões e do cânone arquitetônico ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados apontaram para a rica diversidade dos saberes técnicos, voltados à produção arquitetônica, referentes às comunidades tradicionais. Em um país que, nos últimos anos, vem sofrendo inúmeros retrocessos resultantes de um sistema discriminatório sustentado pelo fundamentalismo religioso, é essencial delinear caminhos de ensino-aprendizagem pautados num prisma científico (pós/de)colonial, que enalteça e valorize o potencial criativo de povos e comunidades tradicionais, de modo a estimular reinvenções que ofereçam uma alternativa à arquitetura genérica e global, cada vez mais impessoal e desvinculada do contexto local.

Intentou-se que, a partir da experiência imersiva na arquitetura indígena, ribeirinha, quilombola e de terreiro, os estudantes envolvidos no projeto de extensão adquirissem uma compreensão mais profunda sobre a relação simbiótica entre arquitetura e natureza, observando como as comunidades tradicionais constroem com respeito ao ambiente e como suas estruturas sociais e cosmologia religiosa influenciam a materialização desses espaços.

A partir do exposto, deduz-se que os saberes tradicionais e os estudos transculturais imbuídos da crítica pós-colonial se mostram como vetores da produção do conhecimento no campo da sustentabilidade, vislumbrando-se novos estudos que se debrucem na investigação das tecnologias tradicionais no intento de construir um caminho possível para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Por fim, o projeto demonstrou a urgência de incluir debates (pós/de)coloniais matizando saberes tradicionais nas grades curriculares dos cursos de arquitetura e urbanismo, promovendo uma formação que vá além da reprodução de modelos eurocêntricos, já culturalmente enraizados, e uma valorização de uma diversidade arquitetônica que é tão presente em nosso país.

REFERÊNCIAS

- GPAC. **Arquitetura tradicional Yawalapiti**. 24 Jul. 2024. Instagram: @gpac_ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C90x4RkuvrC/>>. Acesso em 19 Nov. 2024. A
- GPAC. **Arquitetura tradicional Yanomami**. 24 Jul. 2024. Instagram: @gpac_ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C9z4CLqOOy0/>>. Acesso em 19 Nov. 2024. B



GPAC. **Arquitetura tradicional ribeirinha.** 24 Jul. 2024. Instagram: @gpac_ufrr. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C901H08uNyO/> >. Acesso em 19 Nov 2024. C

GPAC. **Arquitetura tradicional Bantu.** 24 Jul. 2024. Instagram: @gpac_ufrr. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C900Gi4uTMH/> >. Acesso em 19 Nov. 2024. D

GPAC. **Arquitetura tradicional de terreiro.** 23 Jul. 2024. Instagram: @gpac_ufrr. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C9yO-CNxCx/> >. Acesso em 19 Nov 2024. E

HERNÁNDEZ, Felipe. **Bhabha for architects.** Londres: Routledge, 2010.

NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura: antologia teórica 1965-1995.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.

RUDOFSKY, Bernard. **Architecture Without Architects: a short introduction to non-pedigreed architecture.** Garden City, New York: Doubleday & Company Inc., 1964.

VELAME, Fábio. **Arquiteturas crioulas: os terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Felix.** Salvador: EDUFBA/PPGAU, 2022.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.